



PRACA

REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE



VOLUME 4 - NÚMERO 1, 2020
ISSN 2595-1025

dossiê

Florestan
Fernandes



Contato

revistapracaufpe@gmail.com

Para mais informações, arquivos e submissões em fluxo contínuo, acesse:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca>

Imagem da capa:

Câmara dos Deputados

Informações Bibliográficas:

Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE

Volume 4, Número 1, 2020, 106 páginas

ISSN: 2595-1025

Comitê Editorial:

Anita Pequeno

Carla Ribeiro Sales

Claudia R. Ferreira de Brito

João Flávio M. Amaral

Marcele de Moraes Silva

Mariana Albuquerque

Raphael Nascimento

Rebecca Portela Melo

Samara Maria de Almeida

Agradecimentos:

À professora Eliane Veras e ao professor Diogo Valença pela gentil escrita do editorial.

A todos os autores e pareceristas que contribuíram para a produção desta edição.

Sumário

Editorial	4
-----------------	---

Dossiê: Florestan Fernandes

As pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes: <i>uma introdução</i>	6
Rebeca Bandeira	

Cem anos de Florestan Fernandes: <i>uma vida dedicada à defesa da escola pública</i>	19
Cláudia Sena Lioti e Márcia Marlene Stentzler	

Ensino de Sociologia no Ensino Médio: <i>o olhar de Florestan Fernandes</i>	33
Célia Oliveira dos Santos Neta	

Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos: <i>apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina</i>	45
Itamá Winicius do Nascimento Silva	

Florestan Fernandes: <i>um precursor da política de promoção da igualdade racial no Brasil?</i>	69
Tairine Ferreira Pimentel	

O paradoxo da democracia nas relações raciais: <i>uma leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”</i>	83
Lara Maria Alves Falcão	

Resenha

Recursos para um ativismo intelectual: <i>o paradigma da interseccionalidade em Patricia Hill Collins</i>	102
Lunara Gomes	

Ensino de Sociologia no Ensino Médio:

o olhar de Florestan Fernandes

Célia Oliveira dos Santos Neta*

Resumo

Este artigo tem como objetivo buscar compreender o ensino de Sociologia no Ensino Médio, sob o olhar de Florestan Fernandes. Inicialmente, pretende-se contemplar aspectos da formação de Florestan como sociólogo, seu interesse pelas ciências sociais e os temas nos quais trabalhou, bem como uma sessão dedicada à sua ação como educador do ensino superior, suas aspirações e dilemas. Ademais, objetiva versar sobre a contribuição do autor sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, com o aporte de outros autores que pesquisam sobre o tema. Será que as contribuições de Florestan Fernandes sobre o ensino de Sociologia, escritas em 1955, ainda ajudam a pensar a realidade brasileira atual?

Palavras-chave: Ensino de Sociologia no Ensino Médio; Florestan Fernandes; Sociólogo; Educador; Realidade brasileira.

Teaching Sociology in high school:

Florestan Fernandes' perspective

Abstract

This article aims to understand the teaching of Sociology in high school, under the eyes of Florestan Fernandes. Initially, it intends to contemplate aspects of Florestan's formation as a Sociologist, his interest in the social sciences and the themes on which he worked, as well as, a session dedicated to his action as a teacher of higher education, his aspirations and dilemmas. In addition, to deal with the contribution of the author on the teaching of Sociology in high school, with the contribution of other authors who research on the subject. Do the contributions of Florestan Fernandes on the teaching of Sociology, written in 1955, still help to think about the current Brazilian reality?

Keywords: Teaching Sociology in high school; Florestan Fernandes; Sociologist; Educator; Brazilian reality.

*Mestranda em Sociologia pela UFPE e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição.
E-mail: cely_celinha@hotmail.com.

Introdução

O olhar de Florestan Fernandes sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio traz reflexões importantes, para pensar na necessidade dessa disciplina na educação secundária. Quais são os principais objetivos do ensino de Sociologia nas escolas? Que currículo é utilizado? E a metodologia aplicada em sala de aula? Um dos questionamentos de Florestan Fernandes (1982) ressalta a importância de se pensar as intenções almejadas com a introdução do ensino de Sociologia no ensino secundário:

Quais são as funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um “instrumento consciente de progresso social” nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil? (FERNANDES, 1982, p. 106).

A relação de Florestan com a Sociologia começou com a sua inserção no mundo do trabalho, já na sua infância. O sociólogo e educador Florestan passou por uma realidade de muita pobreza em sua infância. Esse fato possui uma ligação com a sua trajetória na Sociologia, pois iniciou sua aprendizagem sociológica aos 6 anos de idade, quando passou a ganhar a vida como se fosse um adulto. A condições sociais de Florestan na época em que era estudante se assemelha à realidade atual de vários estudantes brasileiros das classes populares, o próprio interesse do autor em estudar Sociologia se deu pelo fato de que ele só podia estudar meio expediente, pois precisava conciliar seus estudos com o trabalho. Por ter origens populares, se identificou com a realidade dos negros no Brasil, sua pesquisa sobre as relações raciais deu um novo sentido ao seu trabalho na sociologia (SOARES, 1997).

Florestan Fernandes, como um intelectual terceiro-mundista, isto é, subalternizado pela modernidade-colonialidade¹, não apenas teorizou sobre a realidade daqueles e daquelas que passam por diversos tipos de opressões no mundo, vivenciou essa realidade, pois a periferia mundial era seu local de enunciação. Para Walter Mignolo (2017), o desprezo em relação à vida humana, a violência genocida, a escravidão e a exploração foram a base para a construção da modernidade e do capitalismo.

Enquanto as práticas econômicas exploravam e tratavam seres humanos como coisas, a ciência fazia o papel de justificar o racismo e vários preconceitos. Diante disso, a matriz colonial do poder foi formada por quatro tipos de dominação: o controle da autoridade; o controle da economia; o controle do gênero e da sexualidade; e do conhecimento e das subjetividades. Esses quatro tipos de dominação são sustentados por dois pilares: o racismo e o patriarcado (MIGNOLO, 2017).

¹ Para Mignolo (2017), colonialidade e modernidade são dois lados de uma mesma moeda, não existe modernidade sem colonialidade, estão fundamentadas no eurocentrismo.

Entende-se que a aprendizagem sociológica de Florestan Fernandes iniciou a partir das condições precárias em que viveu, pois a partir de suas experiências de vida passou a questionar a realidade a sua volta. Para Bernard Lahire (2014), o ensino de sociologia pode contribuir e ser útil para formar sujeitos mais autônomos e mais conhecedores de sua realidade. Pois, as ciências sociais, através do processo de desnaturalização, nos permitem conhecer o mundo, fora da percepção imediata e direta dele, ou seja, do senso comum que está tão naturalizado em nossos olhares. Por meio da disciplina de sociologia podemos construir um novo olhar e uma nova ação no mundo social.

Max Weber (2001), um dos teóricos da ciência ocidental dominante, não defendia o diálogo entre a ciência e o senso comum, mas sim tê-lo como ponto de partida para superá-lo. Porém buscou entender que a causalidade nas ciências humanas passa pela subjetividade das pessoas, ou seja, a partir da visão de mundo e das experiências de vida dos (das) pesquisadores (as). A problematização da realidade pode ser feita em constante diálogo com o senso comum, isto é, com o conhecimento da vida cotidiana. Visto que, para estudar a sociedade não é preciso somente conhecê-la sob a ótica do senso comum, mas também trazer essa realidade e o senso comum para dentro dos espaços formais de educação, por meio da valorização da visão de mundo e experiências de vida dos sujeitos.

O diálogo entre a ciência e o senso comum é fundamental para o enfrentamento de discursos conservadores. O educador pernambucano Paulo Freire (2016) defendeu a conscientização como uma ferramenta para superarmos as barreiras impostas pelos condicionantes histórico e sociais. Como um educador terceiro-mundista, assim como Florestan Fernandes, Freire não apenas teorizou sobre a educação popular, vivenciou-a ao lado daqueles (as) mais atingidos pelas diversas opressões que existem no mundo (MOTA NETO, 2015). Entende-se que as experiências de vida de Florestan Fernandes, o cotidiano em condições precárias, contribuíram para uma leitura crítica da realidade e influenciou os interesses de estudo dele.

No decorrer de sua formação como sociólogo, interessou-se em realizar seus estudos acadêmicos sobre os povos indígenas Tupinambás, realizando seu trabalho de mestrado sobre esse tema. Florestan também desenvolveu pesquisas sobre as relações raciais, por meio de uma pesquisa encomendada pela UNESCO. Os estudos acadêmicos de Florestan sobre os Tupinambá e sobre a população negra no Brasil, já possuíam uma relação com o aspecto educacional, pois o autor analisava também a dimensão educacional desses povos, ou seja, a organização social e cultural, que é passada de geração à geração no viver o cotidiano de cada cultura (SOARES, 1997).

Como sociólogo, dedicou-se a estudar e dar visibilidade às lutas das populações indígenas e da população negra no Brasil, analisou transformações sociais e processos de transição da sociedade brasileira, como a passagem para uma sociedade urbano-industrial. Como educador, sua ação estava voltada para a formação de sociólogos que assim como ele, pudessem criar suas próprias teorias sobre a realidade brasileira, visando a transformação social, pois as primeiras tentativas de explicar

o Brasil que aconteceram no final do século XIX foram marcadas pela colonização do saber². Como sociólogo e educador trouxe novos caminhos para interpretar a realidade brasileira.

Florestan Fernandes era um intelectual comprometido com a aplicação prática de suas teorias e tinha um engajamento político. Dedicou-se ao estudo dos clássicos da disciplina, porém, rompeu com a reprodução da ciência ocidental dominante³, ao pensar o Brasil sob sua própria ótica, a partir da sua realidade enquanto membro das classes populares.

O seu ingresso na Faculdade de Filosofia representou um marco, tanto para a sua vida profissional, quanto para sua instituição e, em especial, para as ciências sociais. Para superar suas deficiências e lacunas intelectuais, Florestan tornou-se um estudante totalmente dedicado ao curso, impondo a si mesmo uma rígida de disciplina de trabalho (SOARES, 1997, p. 29).

O presente trabalho não abarca todas as contribuições de Florestan no que diz respeito ao ensino de Sociologia no Ensino Médio, ademais não contempla todos os aspectos educacionais analisados pelo autor. Procura-se, por meio do texto *O Ensino da Sociologia na Escola secundária brasileira*⁴, texto apresentado pelo autor em 1955, no I Congresso Brasileiro de Sociologia, trazer um pouco do olhar que esse sociólogo e educador tinha a respeito do tema, ampliando-se a discussão com o aporte de outros e outras estudiosos(as) que também valorizaram o ensino de Sociologia como tema. Será que as contribuições de Florestan Fernandes escritas em 1955 ainda podem ajudar na análise da conjuntura atual?

O educador Florestan

A ação docente de Florestan Fernandes se inicia em 1945, como segundo assistente na Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a supervisão do educador e sociólogo Fernando de Azevedo, um dos pioneiros da institucionalização da Sociologia no Brasil. A partir de 1952, passa a ministrar a Cadeira de Sociologia I, primeiro como assistente do educador Roger Bastide e depois como professor efetivo da disciplina (SOARES, 1997).

2 A dominação do conhecimento e das subjetividades também pode ser chamada de colonialidade do saber. Esse tipo de colonialidade é baseada na ideia do eurocentrismo, uma perspectiva de pensamento que se tornou hegemônica em todo o mundo, onde os não-europeus são considerados “naturalmente” inferiores (QUIJANO, 2005).

3 Como paradigma dominante, a ciência ocidental consolidou-se a partir da revolução científica do século XVI. Esse paradigma foi desenvolvido sob o domínio das ciências naturais, aplicada por meio de modelos mecanicistas, visando quantificar o mundo. A partir do século XIX esses modelos também são aplicados às ciências sociais emergentes, que são chamadas de “física social”. O paradigma dominante nega a racionalidade de tudo que não seguir suas regras epistemológicas e metodológicas e não permite diálogo com o senso comum (SANTOS, 1995).

4 A referência utilizada será a de 1982, quando o texto de Florestan foi publicado no Primeiro Dossiê de Ciências Sociais em São Paulo; trata-se do mesmo texto apresentado pelo autor em 1955.

Como professor, Florestan exerceu forte influência entre os seus alunos. Não se trata apenas da influência de uma personalidade forte ou de um professor erudito; ela se traduz como a introjeção de um modo de ser – enquanto cientista social – e um modo de fazer ciência, que inclui dois elementos básicos: a paixão e o rigor (SOARES, 1997, p. 49).

Florestan se preocupou em formar um grupo de pesquisadores qualificados sob rigorosos critérios de seleção, para a realização de um trabalho acadêmico coletivo. “O espaço pedagógico assim definido resultou em ambiente estimulante de um trabalho intelectual rico, intenso e exigente” (SAVIANI, 1996). Entende-se que, para Florestan o ensino de Sociologia poderia ser também um meio de transformação das estruturas da Universidade.

Florestan e o grupo de pesquisadores da Cadeira de Sociologia I criaram o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, as temáticas trabalhadas pelo CESIT se aproximavam da realidade brasileira, como por exemplo, a investigação sobre mobilização da força de trabalho, capitalismo dependente, racismo e reforma universitária. A criação do CESIT incomodou os conservadores da USP e de fora dela. (SOARES, 1997).

Saviani (1996) ilustra aspectos que demonstram o significado que Florestan atribuía ao processo de ensino-aprendizagem, quando Florestan, por exemplo, compara a sua formação na graduação e no curso de mestrado:

Em ambas as escolas os cursos monográficos eram de escolha arbitrária dos professores. O que era ótimo para simplificar as tarefas docentes, mas péssimo em termos daquilo que deve aprender um estudante de ciências sociais (FERNANDES 1972 apud SAVIANI, 1996, p. 71).

Nessa afirmação, compreende-se que Florestan tinha uma concepção pedagógica que visava “crescer o aluno” e não “fazer crescer o saber” através da imposição dos professores (SAVIANI, 1996). Outro aspecto apontado por Saviani, está na fala de Florestan sobre o período de mais entusiasmo na sua formação:

O ensino de sociologia e a pesquisa sociológica dobraram o meu rude individualismo, forçando-me a travar as últimas batalhas que assinalam o aparecimento de uma *segunda natureza humana* dentro de mim, a qual se confunde com o “professor” e o “sociólogo” em que me converti, inteiramente voltado para fora, para os “problemas dos outros”, os “dilemas de nossa época” e o controle racional da mudança social. (FERNANDES, 1972, apud SAVIANI, 1996, p. 73).

De acordo com Saviani (1996), ao falar de uma “segunda natureza humana”, Florestan remete à essência do processo educativo. Ou seja, a interiorização de elementos da exterioridade que mediados pela ação educativa, passam a atuar como se fossem naturais. “Trata-se, conseqüentemente, de uma segunda natureza construída pela educação sobre a base da primeira natureza transmitida

por códigos genéticos e pela tradição espontânea” (SAVIANI, 1996, p. 73).

As primeiras dificuldades de Florestan como educador, podem ser vistas nessas falas:

Como o pesquisador, o professor precisa reduzir o conhecimento acumulado previamente ao que é essencial e, mais que o pesquisador, deve defrontar-se com o dever de expor tal conhecimento de modo claro, conciso e elegante (...). Ao atingir esse patamar, o ensino perdeu, para mim, o caráter de um ‘fardo’ e a relação com os estudantes passou a ser altamente provocativa e estimulante para o meu progresso teórico como sociólogo (FERNANDES, 1972, apud SAVIANI, 1996, p. 74).

A fase inicial foi dura para mim e para os estudantes. Como todo professor jovem, eu não estava preparado para ensinar em cursos de graduação. Esses cursos, em nível introdutório, requerem professores de longo tirocínio, maduros no trato com a matéria e com o ensino (FERNANDES, 1972, apud SAVIANI, 1996, p. 74).

Com base no que foi dito é possível perceber que Florestan introduziu um novo ensino de Sociologia na USP, suas aspirações como educador levaram a Cadeira de Sociologia I a ser notada não somente no Brasil, mas também fora dele. Os estudos que foram desenvolvidos pelo CESIT iniciaram uma nova forma de fazer pesquisa em Sociologia, valorizando temas que se aproximavam da realidade brasileira e dos processos de mudanças do país.

Na próxima sessão, iremos conhecer um pouco da trajetória da disciplina de sociologia no Ensino Médio, bem como refletir sobre seus novos desafios na atual realidade brasileira, com a contribuição de Florestan Fernandes e com o aporte teórico de autores e autoras que estudam sobre o tema. As contribuições do sociólogo e professor Florestan, mesmo que tenham sido trazidas em 1955, tratam de questões que podem ser pensadas nos tempos atuais, como a importância da disciplina no currículo escolar.

O ensino de Sociologia no Ensino Médio sob a ótica de Florestan Fernandes

A introdução da Sociologia na educação básica, já no século XIX, foi pensada como substituta da disciplina Direito natural. No século XX, essa disciplina foi inserida no currículo da educação básica para tentar explicar e compreender o mundo moderno. Esse momento do ensino de Sociologia na educação básica antecede aos primeiros cursos superiores na área (OLIVEIRA, 2013).

Com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), em 1933, inicia-se a formação acadêmica de sociólogos. Essa formação foi voltada para ampliar o quadro de técnicos, que iriam atuar nas instituições públicas de desenvolvimento social. Amurabi de Oliveira (2013) aponta que a introdução da Sociologia na Educação brasileira se deu em meio a um processo contraditório.

Sua consolidação, através da Reforma Francisco Campos foi introduzida nos últimos anos do Ensino básico ou última série do ginásio, para aqueles que pretendiam ingressar nos cursos de: Medicina; Odontologia; Farmácia; Engenharia; Arquitetura e Direito. Ou seja, a Sociologia teve em sua inserção no ensino básico, um caráter elitista. Pois os que ingressavam nesses cursos e que tiveram o primeiro contato com a disciplina, faziam parte das famílias mais privilegiadas (OLIVEIRA, 2013).

Para Meucci (2007), o fato de a disciplina ter sido inserida primeiro na educação básica teve uma influência nos primeiros livros didáticos da área, pois não havia especialistas em Sociologia. A autora realiza uma análise dos primeiros livros didáticos de sociologia, aponta quem foram os autores desses documentos e quais expectativas eram depositadas nessa disciplina.

Parte significativa de autores dos primeiros livros didáticos de sociologia eram juristas, formados pelas tradicionais faculdades de Direito do país. A autora nota a ausência da perspectiva marxista nesses primeiros livros didáticos, a maioria dos autores eram de famílias tradicionais da elite brasileira. Por isso, não assumiam perspectivas mais críticas da realidade; dedicavam-se a temas muito diversificados, como literatura, finanças, direito, porém algo que tinham em comum era a preocupação em elaborar manuais de ensino (MEUCCI, 2007).

A autora afirma que nesses livros didáticos não havia uma ligação entre teoria sociológica e realidade brasileira. Eram textos longos, com listas de conceitos, métodos de pesquisa e escolas teóricas. O único autor que apresentou uma maior quantidade de dados sobre a realidade, foi Afro do Amaral Fontoura, formado em Filosofia. Para ele: “O livro de sociologia é importante, é indispensável mesmo, como guia, como roteiro, como resumo. Mas a sociologia não está dentro dos livros e sim da vida” (FONTOURA, 1944, apud MEUCCI, 2007, p. 23).

O desafio dos primeiros livros didáticos e primeiros autores da disciplina de sociologia, segundo a autora, foi a ausência de tradição científica, por causa da conjuntura de pouco incentivo à pesquisa entre 1930 e 1945 (MEUCCI, 2007). A partir da década de 1950, a educação passa a receber atenção dos cientistas sociais, período em que o interesse pela modernização do país cresceu, período pós-guerra, onde atribui-se à escola o papel importante na construção de uma sociedade mais democrática (GOUVEIA, 1989).

Nesse período, o sociólogo e educador Florestan Fernandes, se dedicou à problematização do ensino de sociologia no Ensino Médio. Em um texto intitulado *O Ensino da Sociologia na Escola secundária brasileira*, escrito em 1955, traz reflexões importantes para pensar sobre a consolidação e a importância da introdução da disciplina na educação secundária. Qual a função do ensino de Sociologia no Ensino Médio? Porque se deve desejar a introdução do ensino da Sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? Essas são algumas das questões apontadas por Florestan (1982).

Afirma que o ensino secundário brasileiro assumiu a função de preparar os educandos para admissão nas escolas de nível superior e que possui um caráter “aquisitivo” – ou seja, de acumular

conhecimentos e que não se preocupa em estimular a reflexão crítica da realidade. A inserção da matéria seria uma forma de difusão dos conhecimentos sociológicos, mas principalmente para a conscientização dos processos sociais e as mudanças ocorridas no Brasil, com a transição para uma sociedade capitalista urbano-industrial (FERNANDES, 1982). Costa (2011), ao recuperar as contribuições de Florestan Fernandes no debate sobre o ensino de Sociologia na Escola Média brasileira, coloca que a orientação geral apontada por Florestan foi o fomento do espírito crítico e a reflexão autônoma dos indivíduos, através de um estudo aprofundado dos dinamismos da sociedade.

Nesse sentido, para Costa (2011), é importante debater temas como discriminação racial, movimentos sociais e outros nas aulas de Sociologia no Ensino Médio. De acordo com Florestan (1982) o ensino secundário não deve visar a acumulação enciclopédica de conhecimentos. “Torna-se, assim, mais importante a maneira pela qual os conhecimentos são transmitidos, que o conteúdo da transmissão” (FERNANDES, 1982, p. 95). Florestan define sociologicamente o ensino secundário brasileiro como um tipo de “educação estática” que visa à manutenção da ordem social.

Moraes (2010), ao levantar questões sobre os conteúdos do ensino de Sociologia, aponta que é necessário pensar nos objetivos dessa disciplina. Para o autor, os conteúdos podem ser os mais diversos, pois o que vai fazer a diferença é a metodologia. A partir de conteúdos diversos, variar as estratégias de ensino. Focando na formação do estudante e no que se entende por “pensar sociologicamente”. Afirmar que o ensino de Sociologia não se prende aos resultados que os autores chegaram e nem ao resumo de suas obras. Mas sim às questões que foram levantadas por eles enfatizando as estratégias e percursos que esses autores fizeram para construir aquele conhecimento, ou seja, a metodologia adotada por eles.

Amurabi de Oliveira (2011) realiza uma reflexão sociológica sobre o cenário de produção acadêmica em que se encontra o ensino da Sociologia, contribuindo para o debate sobre ciências sociais e educação. De acordo com o autor, houve uma diminuição nas pesquisas sobre ensino de sociologia, entre os anos 40 até os anos 2000. Bem como, os trabalhos acerca do ensino de sociologia se concentram nos programas de pós-graduação em educação e não em sociologia, para o autor o tema precisa ganhar mais espaço nas pós-graduações de sociologia. Ademais, para Oliveira (2011) podemos compreender o ensino de Sociologia como uma ferramenta que nos permite ver o que sempre vimos e explicar o que já possui explicação no senso comum.

O ensino de Sociologia, no sentido forte do termo, deve compreender uma configuração que vá para além de uma proposta bancária de educação. A articulação entre teoria, categorias sociológicas e realidade social deve apresentar-se de forma clara, de modo a tornar significativo o que se diz, para quem se fala (OLIVEIRA, 2011, p. 9).

O senso comum, apesar de ser conservador e legitimar preconceitos, pode ter a sua dimensão libertadora ampliada, por meio do diálogo com o conhecimento científico (SANTOS, 1995).

O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real (SANTOS, 1995, p. 56).

Compreende-se que esse conhecimento pode legitimar preconceitos como o machismo, o racismo, a homofobia, por meio de ideologias dominantes⁵. “Deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado do conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades” (SANTOS, 1995, p. 56).

Para o sociólogo, educador e militante Boaventura de Souza Santos (1995), a ciência pós-moderna reconhece no senso comum potencialidades para enriquecer nossa relação com o mundo, pois de acordo com o autor a ciência moderna nos ensina pouco sobre a maneira de estar no mundo. Diante disso, o senso comum em diálogo com o conhecimento científico, pode se tornar um novo senso comum, mas para que isso se realize é preciso inverter a ruptura epistemológica, pois a ciência moderna rompe com o senso comum com vistas à superá-lo, se autocolocando como objetivo final, já a ciência pós-moderna, inverte essa ruptura e tem o senso comum como um fim, onde todo conhecimento científico visa tornar-se senso comum, se convertendo em autoconhecimento sobre as nossas vivências.

Com base em Santos (1995), entende-se que, em práticas de educação, a partir da reflexão crítica e questionamentos acerca das vivências e dos discursos que os sujeitos reproduzem, seria possível construir uma nova forma de ver o mundo ao questionar suas práticas e seus discursos. A criação de um novo senso comum, por meio da problematização de ideologias dominantes, como por exemplo o machismo (o patriarcado) e o racismo.

Para o sociólogo Bernard Lahire (2014), as ciências sociais são filhas da democracia, por isso são preocupantes para regimes conservadores, para ele o ensino de sociologia deve ser introduzido nas escolas desde o ensino primário, na forma de um ensino pedagogicamente adaptado, pois representa um papel fundamental na formação de cidadão para se viver em uma sociedade democrática.

O medo que se tem da disciplina de sociologia é que ela traga para debater em sala de aula temas “polêmicos” e acusados de serem “ideológicos”. Porém, afirma Lahire (2014) que querer os problemas sociais da realidade, fora das paredes da escola, deixam os e as estudantes desprovidos de criticidade e reféns dos verdadeiros produtores de ideologia. Nesse sentido, a disciplina de sociologia contribui para que a sociedade seja mais democrática, pois permite a reflexão crítica e

5 Para Althusser (1980), a sociedade capitalista se sustenta por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado, que se apresentam sob a forma de diferentes instituições. Essas instituições: a família; a escola, a religião e outras podem atuar para reproduzir e manter a ideologia dominante, da classe dominante.

os questionamentos acerca da realidade que vivemos. As contribuições de Florestan Fernandes, escritas em 1955 ainda nos servem como aporte para se pensar a disciplina de sociologia no cenário de conservadorismo atual que estamos vivendo. Nas considerações finais será realizada uma breve reflexão sobre essa questão.

Considerações finais

Para Florestan Fernandes, o ensino de Sociologia no Ensino Médio pode ser visto como uma ferramenta de interpretação crítica da realidade social e de transformação da realidade. Preocupou-se com o currículo utilizado nas aulas e com a prática pedagógica dos professores e professoras, ao afirmar, que a inclusão das ciências sociais no currículo do ensino de grau médio no Brasil é impraticável com a permanência de técnicas de pedagogias antiquadas. Para o sociólogo e professor Florestan, o ensino de Sociologia na escola secundária brasileira, se justifica como fator consciente e racional de progresso social (FERNANDES, 1982).

Em 1955, no primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, Florestan defendeu a introdução da disciplina no Ensino Médio, afirmando que ter a disciplina no currículo do ensino básico, é possível. Percebe-se que o dilema sobre a importância dessa disciplina no Ensino Médio ainda se faz presente no Brasil, com o avanço do conservadorismo da extrema direita no país.

A partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei Federal nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996), a Sociologia e a Filosofia são incluídas como disciplinas eletivas no Ensino Médio (OLIVEIRA, 2016). Entretanto, só em 2008, pela Lei Federal nº 11.684/2008, a Sociologia e a Filosofia são incluídas como obrigatórias no Ensino Médio. Contudo, em 2016, com a Medida Provisória nº 746, a Sociologia e a filosofia deixam de ser disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.

A reforma do Ensino Médio no ano de 2016, com a Medida Provisória nº 746/2016, ameaçou retirar a obrigatoriedade do ensino de sociologia, filosofia, artes e educação física, priorizando matemática, português e a introdução de cursos profissionalizantes. Porém, essa medida não foi implementada; em 2017, essas disciplinas voltam a ser consideradas obrigatórias, sem nenhuma alteração até o momento. Entretanto, a criação da Base Nacional Comum Curricular, um documento que define as diretrizes curriculares do país, aprovada em 2018, não coloca a sociologia como disciplina, mas como parte da grande área de ciências humanas sociais e aplicadas. Em 2019, o ensino de Sociologia e Filosofia no ensino superior é que passa a sofrer com possíveis cortes, o Ministério da Educação e a Presidência da República anunciam que pretendem “descentralizar” o investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas) para investir mais em outras áreas.

Diante dessa desvalorização das ciências humanas no Brasil, a falta de investimentos no curso superior pode desanimar estudantes do Ensino Médio que desejam ingressar nos cursos de humanas nas Universidades públicas. Como já afirmava Florestan (1982), o ensino de Sociologia

na escola secundária pode ser um instrumento para acordar a consciência política, em defesa dos elementos democráticos, esse também é o atual desafio da disciplina, ser um instrumento de garantia da democracia no país.

Com base nos Parâmetros curriculares de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio do Estado de Pernambuco, vale ressaltar que essa disciplina na educação básica, possui um currículo teórico-prático, que trabalha com núcleos conceituais e temáticos. E que a apropriação dos conhecimentos para objetivação na realidade é um de seus objetivos, ou seja, pretende fomentar um novo olhar e uma nova ação sobre o mundo objetivo (PERNAMBUCO, Secretaria de Educação, 2013).

Nessa perspectiva, o pensamento crítico só pode formar-se, se houver as ferramentas teóricas que permitam perceber os fenômenos sociais criticamente. Está posta a interdependência entre o domínio teórico e a constituição de uma atitude crítico-reflexiva, especialmente no caso dos conhecimentos sociológico, antropológico e político nos quais o ser humano, sua cultura e sociedade, bem como seu contexto sócio-histórico-político são os principais objetos de conhecimento, fundamentais para a formação humana, em especial, para a constituição de uma humanidade desalienada (PERNAMBUCO, Secretaria de Educação, 2013).

Percebe-se que a disciplina irá fornecer as ferramentas necessárias para que os e as estudantes criem um olhar diferente para a realidade, como defendia Florestan Fernandes. Porém, por se tratar de espaços formais de ensino, a metodologia acaba esbarrando nas estruturas hierárquicas e verticais de educação. Há espaços de educação popular, que no seu fazer educativo, dialógico e acessível, além de fomentar um olhar crítico diante da realidade, conseguem aproximar a ação educativa dessa realidade vivida no cotidiano das pessoas, com o objetivo de transformação social, como defendia Florestan.

Como um intelectual que trouxe um olhar de dentro, por ser das classes populares, Florestan Fernandes deixou um legado de estudos sobre a realidade, com vistas à transformação. Suas contribuições fazem sentido para as nossas práticas e nos inspiram a pensar nas particularidades da nossa sociedade, a partir de um olhar próximo, o do sociólogo e educador Florestan.

Referências

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2011. "Florestan Fernandes e o ensino da sociologia na Escola média brasileira". *Interlegere* (UFRN), Natal, v. 9, n. 9, p. 40-60.

FERNANDES, Florestan. 1985. O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira. Primeiro dossiê de ciências sociais. In: *Ceupes-USP/CACS-PUC*, São Paulo, p. 46-58.

FREIRE, Paulo. 2016. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOUVEIA, Aparecida Joly. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre Educação. *Revista Sociologia*. USP, São Paulo. 1989.

LAHIRE, Bernard. 2014. “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de sociologia?”. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61.

MEUCCI, Simone. 2007. “Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas”. *Revista Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66.

MIGNOLO, Walter. 2017. “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18.

MORAES, Amaury César. 2010. “Desafios para a implementação do Ensino de Sociologia na escola média brasileira”. *Cadernos do NUPPS – Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 2, p. 1-10.

MOTA NETO, J. C. 2015. “Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda”. *Educação*, Universidade Federal do Pará, Belém. p. 146-229.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. 2011. “Sentidos e Dilemas do Ensino de Sociologia: Um olhar Sociológico”. *Interlegere*, Natal, v. 9, n. 9, p. 25-39.

OLIVEIRA, Amurabi. 2013. “Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica”. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. 2016. “O Ensino de Sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT Ensino de Sociologia na SBS”. *Teoria e Cultura: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF*, Juiz de Fora v. 11 n. 1. p. 1-14.

PERNAMBUCO. 2013. *Parâmetros Curriculares de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*. Pernambuco: Secretaria de Educação/Parâmetros para a educação básica do Estado de Pernambuco. p. 39-59.

QUIJANO, Aníbal. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *CLACSO*, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, Buenos Aires, p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Souza. 1995. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. R. Costa Cabral, 859, Porto: Edição Afrontamento.

SAVIANI, Dermeval. 1996. “Florestan Fernandes e a Educação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10 n. 26, p. 71-87.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. 1. ed. São Paulo: Cortez.

WEBER, Max. 2001. A “objetividade” do conhecimento na Ciência social e na Ciência política. In: *Metodologia das ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez.